

**AS LÍNGUAS BANTU DE MOÇAMBIQUE
UMA PEQUENA ABORDAGEM DO PONTO DE
VISTA SÓCIO-LINGUÍSTICOS***

MARCELINO MARTA LIPHOLA

Maputo-Moçambique

Universidade Estadual de Campinas-Pós Graduação

O objectivo desta colocação é tentar fazer uma amostragem muito geral da situação linguística de Moçambique, relacionando-a com a opção do Governo da sua comunicação oficial, sobretudo ou exclusivamente, em língua portuguesa.

Ao fazermos isto, aqui, com os nossos colegas brasileiros, neste meio em que estamos prevenidos que os companheiros (brasileiros) deram, modestamente, mais passos do que nós, na área de Linguística, fazemo-lo para lhes dar mais uma informação, talvez útil, para juntos colaborarmos neste grande, aliciante, mas fundamentalmente, fértil campo da Linguística Aplicada.

Julgamos ser importante essa reflexão para uma boa avaliação do impacto do sistema de educação e alfabetização por um lado, num país onde o ensino está sendo democratizado e, portanto, deve servir os objectivos cada vez mais populares. Por outro lado, para se compreender o grau de dificuldades com que se debatem os poucos especialistas envolvidos na elaboração de programas de ensino e alfabetização efectivados numa língua em que apenas 24,4% do total da população a fala (a língua portuguesa).

Procuraremos mostrar também a relação de desigualdade existente entre as línguas maioritárias-as Línguas Bantu de Moçambique-designadas "Línguas Nacionais" com a língua do ex-colonizador que se projectou e se promoveu ao estatuto de língua oficial por razões essen-

* Colóquio apresentado perante o auditório do Departamento de Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem (I.E.L.).

cialmente políticas, o que confere a esta última, uma supremacia com relação às primeiras.

A terceira parte da colocação tentará, ainda que de forma resumida, indicar quais têm sido os esforços realizados no sentido de preservar as línguas locais, verdadeiramente moçambicanas, o repertório onde se preservam e se transmitem os valores culturais do povo. E por último, um enfoque vai ser dado para uma política linguística voltada à realidade multilingue de Moçambique, sugerindo as possíveis áreas de investigação, o que é, afinal, o principal objectivo desta proposição que é uma espécie de convite a todos os especialistas do ramo para estenderem a sua mão solidária ao povo moçambicano.

BREVE ABORDAGEM SÓCIO-LINGUÍSTICA

Permitimo-nos afirmar que Moçambique não chega a ser um mosaico linguístico como consideram alguns linguistas, quando se referem a essa questão relativamente à África. Também seria redutora demais e, quanto a nós, sem razões evidentes, a ideia segundo a qual existem poucas línguas em Moçambique, “quatro mais importantes, distribuídas por quatro grupos”.

Em primeiro lugar, o agrupamento das línguas baseado essencialmente no número de falantes, que até aqui tem sido feito, não faz coincidir, muitas vezes, as fronteiras linguísticas das geográficas, essas últimas, parcelando pelo meio grandes comunidades possuidoras da mesma forma de expressão linguística.

Só para citar alguns casos, socorremo-nos com o exemplo das línguas, Chi-Yao e Chi-Mákonde, entre outras, tidas como línguas minoritárias, que poderiam reclamar o seu reconhecimento de línguas majoritárias se se tomasse em conta o facto de que Chi-Yao e Chi-Mákonde “violam” as fronteiras geográficas a Sul da República Unida da Tanzânia.**

Em segundo lugar, constatam-se discrepâncias quer em trabalhos linguísticos quer com a linguística relacionados quanto à classificação das línguas Bantu de Moçambique. Isso deve-se, talvez, não só ao facto de tais trabalhos estarem virados para objectivos específicos, tais como estudos antropológicos para fins coloniais, mas também pela inexistência de

** Segundo Whiteley (1966) Chi-Yao é língua bantu majoritária nos Distritos de Masasi, Songea e Tunduru na Tanzânia, assim como é segunda língua majoritária na República do Malawi.

estudos sistemáticos anteriores de descrição e classificação dessas línguas. A falta ainda de uma política linguística (escolha consciente e voluntária) aliada à uma planificação linguística (pesquisa e realização, acção sobre as línguas em situação multilingue) precipitam as conclusões que se tiram relativamente à situação linguística actual, que é condicionada por outros factores não essencialmente linguísticos.

Os problemas maiores, no entanto, começam a surgir cooperando com os inicialmente apontados para uma análise sócio-linguística, quando alguns especialistas excluem das suas listas classificatórias um número de línguas e, outros incluem as línguas postas de lado pelos primeiros, com mais ou menos o mesmo argumento: em nome de razões que apelam a noção de "grupos linguísticos maiores/menores".

Outros consideram que algumas formas dialectais são línguas independentes. Esta última visão chega a incluir algumas formas dialectais no grupo de línguas, conceitos ainda não claramente distintos entre nós, e sugere que em Moçambique existam mais de 20 línguas, algumas "rotuladas" com nomes de regiões onde os seus falantes vivem (Cf. A. Rita Ferreira, in "Pequena História de Moçambique"), como se a situação linguística fosse uma questão numérica.

Yai, Olabiyi Babalola (in "Elements of a Policy for Promotion of National Languages" - 1983-pág.2), por exemplo, não hesita em afirmar que as principais línguas faladas em Moçambique são:

- “- Yao
- Makonde
- Makua-Lomwe
- Nyanja
- Chuabo
- Chewa
- Shona
- Changana-Ranga”.

Coloca na lista das línguas minoritárias cujos falantes são considerados geralmente bilingues, as línguas

- Ki-Swahili
- Bitonga
- Chopi
- Swati
- Zulu.

Katupha, (1986) diverge aparentemente deste ponto de vista ao

considerar que "em termos numéricos da população falante (...) destacam-se quatro grandes línguas, sendo as outras faladas dentro das zonas de influência daquelas:

1. Língua E-Mákhúwa-41% (incluindo e-Lomwe e e-Chuwabo)
2. Língua Shi-Tsonga-19% (incluindo Shi-Tswa)
3. Língua Chi-Nyanja-10% (incluindo Chi-Sena)
4. Língua Chi-Shona-8%.

Segundo esta perspectiva, as línguas Chi-Yao, Chi-Mákonde e mais Chi-Chopi e Ki-Swahili caíam na lista das línguas minoritárias. Mas Katupha não só exclui desta lista Swati, Bitonga e Zulu, como silencia, exactamente como o fez Yai, as línguas Chi-Nyungwe, Chi-Ndau, Chi-Msenga, Shi-Manyika, Ki-Mwani e Chi-Ngoni. Katupha diverge ainda da primeira análise ao classificar E-Chuwabo como forma dialectal de E-Mákhuma, Chi-Sena de Chi-Nyanja e Chi-Tswa acoplada de Shi-Tosang.

A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PAPEL DAS LÍNGUAS BANTU DE MOÇAMBIQUE

Já no princípio desta colocação, afirmamos que a língua portuguesa foi adoptada para a comunicação oficial do país devido á razões políticas.

Parecendo-nos útil, tentaremos distinguir duas áreas numa das quais teria gerado conflitos que determinaram ao uso da língua portuguesa.

A guerra de libertação iniciada no Norte do país, numa zona exclusivamente ocupada por camponeses, a maioria da população era literalmente analfabeta, impedida de ingressar na escola colonial elitista.

Os guerrilheiros da Frelimo (a Frente que liderou o movimento armado até à independência do país em 1975) eram oriundos de diferentes partes de Moçambique. Muito cedo, se colocaram problemas de qual deveria ser a língua que aproximasse e unisse esses homens em torno do grande objectivo da luta. A necessidade de uma língua "unificadora" tornou-se premente, quando no seio da Frente e, sobretudo, no seio dos seus dirigentes começaram a surgir alguns oportunistas, que recrutando factores de divisionismo, entre os quais também o factor linguístico, queriam alcançar benefícios pessoais. Fica então evidente que não é a divisão linguística que lidera os conflitos, mas a existência de um grupo social que tem a vocação de substituir a anterior classe dominante.

Cabe referir que a presença na direcção da Frelimo de alguns moçambicanos instruídos-o cabeça da linha política e ideológica-precipitou a escolha "acertada" de uma língua "neutra" para servir os objectivos de luta, sobretudo, no plano dos órgãos centrais e na política externa da Frente.

O outro componente não de somenos importância é a exigência de lidar com o armamento moderno que impunha conhecimentos técnico-científicos. A nova administração num Moçambique em miniatura (as zonas libertadas pela Frelimo) introduzira o comércio, escolas e cooperativas que requeriam a formação acelerada de quadros. Nestas condições, a língua portuguesa parece estar em dupla vantagem em relação às línguas bantu; o português possui uma tradição de escrita, que também possui a elite que conduz o processo revolucionário no país.

A segunda área pode ser caracterizada através do envolvimento maioritário da população. Diz respeito a ela mesma cuja participação nas tarefas de luta é imprescindível.

Mas como garantiria a Frelimo o cumprimento das suas decisões e da sua política no seio das massas através de uma língua que é "estranha" ao povo? A mesma pergunta continua válida num Moçambique independente.

Com efeito, durante a guerra, o traço dominante foi a utilização programática das línguas locais de cada área. Em quase todos os discursos políticos dos dirigentes, as línguas locais assumem um papel com que jamais o português poderia concorrer. Exceptuam-se casos em que os falantes eram incompetentes nas línguas locais, podendo recorrer a uma outra língua incluindo o português, sendo necessária a tradução para a língua local.

Só essa prática iria permitir em larga medida a participação do povo na discussão e decisão dos seus problemas do dia-a-dia, através dos órgãos de base do poder (tribunais populares, assembleias do povo e os grupos dinamizadores).

Em suma, é possível demonstrar que as línguas bantu desempenham um papel relevante no quadro de uma política de comunicação oficial em Moçambique.

Resumidamente, pode-se indicar como sendo os seguintes os traços que opõem a língua portuguesa das línguas bantu de Moçambique: a língua portuguesa é a língua da

- cidade
- elite/minoria;
- formação e ensino, portanto L2;

- administração/poder;
- as línguas bantu de Moçambique são línguas
- de massas/maioria;
- do campo;
- do meio familiar;
- da cultura/cimento da Unidade Nacional.
- corresponde à L1

Sublinhe-se que mesmo nas cidades as línguas bantu ainda são mais faladas do que a língua Portuguesa no campo. Conclui-se desta análise que a maioria dos falantes de Português têm-no como L2 (língua segunda) e só a minoria tem Português como L1 (língua primeira).

A OPÇÃO PARA A PROMOÇÃO DAS LÍNGUAS BANTU DE MOÇAMBIQUE

No fim desses poucos anos de independência, ficou mais claro que se torna urgente o trabalho de linguistas em colaboração com os políticos para a definição de uma política linguística apropriada.

Neste âmbito, o esforço desenvolvido pelo NEBLIMO (núcleo de Estudos das Línguas Moçambicanas) subordinado à Faculdade de Letras da U.E.M. tem sido louvável, embora pressionado pela carência de pessoal especializado para a área.

A realização do 1º Curso Básico de Descrição das Línguas Bantu (1986) permitiu uma primeira reflexão conjunta entre os diversos órgãos e entidades directamente interessados no assunto (educadores, alfabetizadores, profissionais de informação, religiosos e investigadores). Essa reflexão mostrou a necessidade de uma investigação conjunta e de promoção de debates mais profundos para levar a Linguística a intervir na solução de problemas concretos.

A introdução de cursos de línguas bantu cuja primeira fase do seu ensino começou na Universidade (1987) visa formar leitores que impulsionarão, futuramente, os debates e orientação na elaboração de trabalhos didáctico-pedagógicos tais como: gramáticas referenciais, dicionários bilingues, etc.

Contudo, devemos referir que esses trabalhos deveriam ser acompanhados por uma identificação sistemática de atitudes sociais para cada uma das línguas. Esse ponto afigura-nos ser de capital importância, porquanto, exige o desenvolvimento de estudos mais apurados e debates amplos tendo em vista uma definição de política linguística aplicada à função prática e não simbólica de planificação linguística de Moçambique mul-

tilingue.

Como referimos, a possibilidade de uma divisão linguística liderar os conflitos está ligada à presença de um grupo dominante que bloqueia a mobilidade social de outros grupos. "Onde as línguas são oficialmente iguais e têm igual estatuto social e a mobilidade social não é bloqueada pela elite existe a motivação dos indivíduos e ela é ascendente para a elevação do nível de vida desses indivíduos" (Mahadev, L. Apte).

Felizmente, a velha ideologia ocidental segundo a qual, "UMA LÍNGUA = UMA NAÇÃO" e vice-versa, tem perdido forças para a sua sustentação óbvia. Mas infelizmente, os estados novos que lutam contra as políticas colonizadoras acabam fazendo um retorno a ela e "em alguns casos, essa língua é a língua local da capital ou do ex-colonizador".

Em Moçambique uma política linguística a ser definida não se dissociaria de todo o processo tão nobre de Luta de Libertação, que foi essencialmente um acto cultural.

AS POSSÍVEIS ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO

Referimos que os trabalhos futuros a serem realizados por linguistas exigem uma colaboração directa dos políticos. Uma investigação sobre a atitude destes, relativamente ao grau da sua consciência (se têm ou não), quando se dirigem à população sob o seu controlo em língua local poderia contribuir para a avaliação sócio-linguística do comportamento linguístico. A definição de áreas de intervenção e os limites dessa intervenção, talvez pudesse orientar uma política de informação e educação de massas, através de reestruturação dos programas radiofónicos e estudo de possibilidades de inclusão das línguas bantu nos programas de alfabetização e ensino.

A outra área de investigação diz respeito ao estudo das chamadas formas dialectais e grupos linguísticos ("maiores/menores") para uma classificação mais representativa e menos contrastiva dessas línguas com o fim de se decidir numa base cientificamente fundamentada sobre os possíveis agrupamentos de acordo com o grau de intercomunicabilidade e, por último, tendo em conta a situação do bilinguismo natural, qual poderia ser a viabilidade de assegurar o êxito de implementação de projectos-pilotos de ensino das línguas bantu de Moçambique. Para isso seria necessário também coragem e atitude crítica para se poder fazer uso da vasta experiência acumulada nos países vizinhos onde programas de estudo e ensino das línguas bantu têm uma tradição inegável.

BIBLIOGRAFIA

CALVET, L.J. "Política Linguística e Planificação Linguística: primeira aproximação-in "A Guerra das Línguas", Paris, Payot (1987).
———. "Les Langues Vehiculaires" (1981).

HAUGEN, E. "Dialect, language, Nation", 97- (1966).

HOUIS, M. "Antropologia Linguística da África Negra".

INGLEHART, R.F. and WOODWARD, M. "Conflitos Linguísticos e Política Comunitária" (1967).

MAHADEV, L. Apte. "Bilinguismo na Índia e suas Implicações Sócio-políticas" (1967).

SANKOFF, G. "Political Power and Linguistic Inequality in Papua New Guinea" (1967)

YAI, O. Babalola. "Elements of a Policy for Promotion of National Languages", UNESCO, (1983).

KATUPHA, J.M.M. "O Panorama Linguístico de Moçambique e a Contribuição da Linguística na Definição de uma Política Linguística Apropriada", (1986).